

amc
P. 4

Interação efetiva

05 MAI 1988

RUI DOS ARCOS

● GLOBO

Não nos damos conta, mas pouco evoluímos dos tempos coloniais, quando o Estado — onipresente e paternalista — era a fonte e o fim de todas as atividades e a população, um ente marginalizado — e às vezes incômodo — do processo histórico nacional. Continuamos a presenciar um apr-fundamento das distâncias entre a administração pública e a sociedade e, bem assim, entre a classe política e o eleitorado. E, ante essa ausência de diálogo efetivo entre o Estado e a sociedade, só com muito otimismo podemos confiar na realização de nossas mais justas e legítimas aspirações.

Citemos um exemplo, a cobrança do imposto. O Estado tem o dever de assistir à comunidade, daí necessitar recursos do contribuinte. Está claro que ninguém gosta de pagar impostos, mas, dependendo do grau de consciência de que o fruto da arrecadação retornará, de fato, à coletividade, é de se esperar que o impulso à sonegação tenda a diminuir, assim como a evidenciar a legitimidade das medidas punitivas. Não é necessário, portanto, insistir na figura do leão que ruge, morde, logo assusta. Fundamentalmente, o contribuinte não é um sonegador em potencial. Apenas, por desconhecer em sua grande maioria a função precípua do imposto — instrumentar o Estado a servir à comunidade —, crê ele vir a “perder dinheiro” ao efetuar sua contribuição e, com esse espírito, o mínimo a fazer é burlar o fisco.

Nos Estados Unidos, onde imposto de renda é coisa séria — foi a única lei que, uma vez violada, tirou Al Capone de circulação —, a fera é o contribuinte. Depois de alimentar regular e religiosamente o leão local, ele espera e cobra do Estado uma devolução, sob a forma de serviços, investimentos estruturais, obras públicas, programas sociais, defesa, salários etc. Tenho a impressão de que, entre nós, mesmo ao risco de forçar o Estado a cumprir com o seu papel, campanhas sensíveis de esclarecimento do sentido e do alcance da arrecadação fiscal conduziram não só ao aumento da receita, mas também à redução dos gastos públicos.

Hoje, um enorme contingente de autônomos e microempresários sobrevive à margem do Tesouro, cren-tes de que, ao não pagarem seus impostos, estão “economizando dinheiro”. Por outro lado, hordas de irresponsáveis depredam o patrimô-

nio público, sem a menor idéia de que a reparação dos estragos recairá cedo ou tarde sobre a coletividade. Não resta dúvida de que o leão poderá seguir assustando o contribuinte, sonegador ou não, mas dificilmente o Estado verá a cor do tributo proveniente da enorme economia submersa que campeia no País ou convencerá os vândalos a respeitarem o bem comum, se a opinião pública não for conscientizada de que o imposto é um dos elementos básicos do Pacto Social, que obriga a cada uma das partes a cumprir com o seu dever, em benefício de todos, e não uma penitência da cidadania, ao som do rugido do Governo.

As distorções na imagem da ação fiscal assemelham-se às do relacionamento entre o eleitorado e a classe política. Em 1986, em que houvessem pesado alertas em contrário de parte de setores responsáveis brasileiros, as conversas de rua, a plataforma dos partidos, os discursos nos comícios e o preenchimento da cédula de votação terminaram refletindo predominantemente o intuito de formar um novo Congresso, o primeiro sob ares democráticos, mas não o de eleger representantes encarregados de redigir a Carta Magna do País. A mobilização cívica que galvanizou a sociedade às vésperas das eleições, no rastro do anseio coletivo de alterar as regras vigentes de ordenamento do País, desfigurou-se paulatinamente ao ritmo da campanha política e, como resultado, elegeram-se parlamentares, e não constituintes.

Provavelmente em decorrência dessa distorção, tão logo iniciados os trabalhos da Assembléia, presenciou-se uma lenta mas decidida dança de cadeiras. Os parlamentares, no processo de se transformarem em constituintes, isto é, de ajustarem suas posturas políticas tradicionais — sadias e justificáveis em uma legislatura ordinária — à missão extraordinária de dotar a Nova República de uma Constituição, compreensivelmente situaram-se, pelo menos em parte, acima e além das promessas e identidades partidárias dos tempos de campanha. Os próprios partidos também tiveram de rever sua mensagem e atuação políticas, do que resultou uma inevitável mudança do perfil de praticamente todas as agremiações, por fora de defecções, adesões e cisões decorrentes dos posicionamentos que se definiam a respeito dos novos temas em debate — a nova ordem jurídica do País,

a Constituição — e não mais apenas o trabalho parlamentar habitual de legislar o funcionamento da sociedade.

Terminado o período de acomodação de camadas, discutidos e rediscutidos os temas centrais da próxima Carta, desfeitos, compostos e recompostos os grupos partidários, a relação entre classe política e eleitorado já não é mais a de novembro de 86. Qualquer pesquisa de opinião pública hoje revela que os candidatos de ontem dificilmente seriam, em sua maioria, os mesmos de agora. Entre o voto de 86 e o momento presente, muito embora tudo se tenha processado em seu nome, o eleitor perdeu contato com a classe política. A transformação dos parlamentares em constituintes operou-se dentro do Congresso, e não nas ruas, nos comícios, no corpo-a-corpo com a população. O debate em torno das questões básicas da nova Constituição apenas topicamente envolveu o grande eleitorado, em cujo nome, no entanto, se celebraram os acordos parlamentares mais conseqüentes. E o antídoto proposto para conjurar essa falta de sintonia entre a classe política e a cidadania é uma série de programas de televisão, em horário nobre, obviamente, em que os partidos políticos, ainda em processo de configuração, voltam a atacar os problemas comunitários — de cuja solução muito depende o futuro do País —, mas pouco falam dos trabalhos da Constituinte, quanto mais não fosse a título de prestação de contas à opinião pública nacional.

Somos um país em desenvolvimento, mas já com algumas feições de Primeiro Mundo. Para que possamos enfrentar com seriedade e eficácia os desafios múltiplos que se nos deparam a atual conjuntura, seria fundamental o estreitamento das distâncias entre o Estado e a sociedade, base mínima para se construir um verdadeiro Pacto Social no Brasil. E o caminho não pode ser mais claro, a porta da frente da comunicação entre os agentes sociais mais importantes, a partir do respeito mútuo e do reconhecimento dos direitos e deveres de parte a parte. A interação entre a administração pública e o contribuinte ou a classe política e o eleitorado tem de ser efetiva e vertical, em lugar da ausência de diálogo que vem contribuindo para imobilizar os interlocutores dentro da sociedade em detrimento do bem comum.